

SABERES TRADICIONAIS E A PRESERVAÇÃO SOCIOCULTURAL E AMBIENTAL NO CERRADO BRASILEIRO

TRADITIONAL KNOWLEDGE AND THE SOCIOCULTURAL AND ENVIRONMENTAL PRESERVATION IN THE BRAZILIAN CERRADO

Charles Antônio Gonçalves Moreira²¹

RESUMO: Este artigo reporta a pesquisa e relatos de experiências que reafirmam como os saberes tradicionais dos povos indígenas e quilombolas do Cerrado contribuem para a preservação sociocultural e ambiental dessa região. O Cerrado, um dos biomas mais ricos em biodiversidade no Brasil, enfrenta intensas pressões devido à exploração de seus recursos naturais. A pesquisa discute o conhecimento ancestral desses povos como alternativa para práticas sustentáveis e fortalecimento da interculturalidade. A análise considera as interações entre dinâmicas sociais, culturais e ambientais, explorando a interface entre saberes tradicionais, educação intercultural e sustentabilidade.

Palavras-chave: Cerrado, Saberes Tradicionais, Interculturalidade, Sustentabilidade, Comunidades Indígenas.

ABSTRACT: This article reports on research and experiential accounts that reaffirm how the traditional knowledge of Indigenous and Quilombola peoples of the Cerrado contributes to the sociocultural and environmental preservation of this region. The Cerrado, one of the most biodiverse biomes in Brazil, faces intense pressure due to the exploitation of its natural resources. The study discusses the ancestral knowledge of these peoples as an alternative for sustainable practices and the strengthening of interculturality. The analysis considers the interactions between social, cultural, and environmental dynamics, exploring the interface between traditional knowledge, intercultural education, and sustainability.

Keywords: Cerrado, Traditional Knowledge, Interculturality, Sustainability, Indigenous Communities.

INTRODUÇÃO

O Cerrado brasileiro é um dos biomas mais diversos e ameaçados do planeta, ocupando aproximadamente 22% do território nacional e abrigando uma rica biodiversidade que inclui milhares de espécies endêmicas. No entanto, sua conservação tem sido comprometida pelo avanço desenfreado da agropecuária e da mineração, atividades que provocam desmatamento, degradação do solo e perda irreversível de habitats naturais.

²¹ Possui graduação em Ciências Contábeis, Pedagogia e Letras Português/Inglês. Possui diversas especializações em áreas como Administração, Educação, Recursos Humanos, Direito, Linguagens e Tecnologia. Atua como vice-diretor da Escola do Futuro do Estado de Goiás (EFG) Luiz Rassi e tem experiência como professor e coordenador pedagógico em instituições de ensino técnico e superior, com ênfase em administração e educação. E-mail: cmoreira01@gmail.com

Esses fatores impactam diretamente não apenas a fauna e a flora da região, mas também as populações tradicionais que nela vivem há séculos.

As comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas do Cerrado desenvolveram um profundo conhecimento ecológico baseado na interação harmoniosa com o meio ambiente. Seus saberes tradicionais englobam técnicas sustentáveis de manejo da terra, conservação da biodiversidade, uso racional dos recursos hídricos e práticas culturais que promovem a resiliência ambiental e social. No entanto, a marginalização desses povos e a falta de reconhecimento institucional de suas práticas contribuem para sua vulnerabilidade, tornando-os alvos de processos de expropriação territorial e invisibilização cultural.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível compreender o papel dos saberes tradicionais na preservação sociocultural e ambiental do Cerrado. Além de constituírem alternativas viáveis para a sustentabilidade, tais conhecimentos representam um patrimônio imaterial de valor incalculável para a identidade e a história do Brasil. Assim, este artigo busca responder à seguinte questão: como esses saberes podem contribuir para a preservação sociocultural e ambiental do Cerrado? Para isso, serão analisadas as interações entre os povos tradicionais e o meio ambiente, bem como os desafios e oportunidades para a valorização desses conhecimentos em políticas públicas e iniciativas de conservação.

SABERES TRADICIONAIS E A SUSTENTABILIDADE NO CERRADO

Os saberes tradicionais dos povos indígenas e quilombolas do Cerrado representam um vasto acervo de práticas sustentáveis, desenvolvidas ao longo de séculos de convivência harmoniosa com esse bioma. Essas práticas englobam técnicas de manejo do solo, conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos hídricos, constituindo um patrimônio cultural e ecológico de extrema importância. Entre as estratégias utilizadas destacam-se o cultivo agroecológico, o manejo do fogo para prevenção de queimadas descontroladas e a preservação de sementes crioulas, todas baseadas em uma relação equilibrada com a natureza. No entanto, a marginalização desses saberes nas políticas públicas tem levado à adoção de um modelo de desenvolvimento que desconsidera a interculturalidade e exclui a participação efetiva das comunidades tradicionais na gestão ambiental.

A preservação desses conhecimentos é essencial para garantir o desenvolvimento sustentável do Cerrado, especialmente diante das crescentes ameaças impostas pela expansão da agropecuária e da mineração. Conforme destaca Miranda *et al.* (2023), “os saberes dos povos originários do Cerrado contêm um vasto acervo de práticas sustentáveis, construídas ao longo de séculos de convivência harmoniosa com o meio ambiente”. Apesar de sua eficácia comprovada, esses conhecimentos são frequentemente ignorados pelas políticas públicas e pelos modelos econômicos hegemônicos, que priorizam a exploração intensiva dos recursos naturais em detrimento de práticas ambientalmente responsáveis. Contudo, ao serem valorizadas e incorporadas em estratégias de conservação, essas práticas podem oferecer alternativas viáveis para a manutenção da biodiversidade e para o fortalecimento das comunidades locais.

Além do impacto ambiental positivo, a integração dos saberes tradicionais no debate público e na formulação de políticas é fundamental para fortalecer a interculturalidade e promover a justiça social. Chaveiro (2020) aponta que “o Cerrado se encontra em uma encruzilhada entre o avanço da produção de riqueza e o aumento da desigualdade social” e sugere que o reconhecimento das práticas tradicionais pode “ajudar a corrigir essa contradição, promovendo um modelo de desenvolvimento mais inclusivo”. Essa afirmação evidencia como a exclusão das comunidades tradicionais do processo decisório amplia as desigualdades e aprofunda a marginalização desses grupos.

Segundo Chaveiro (2020):

O desenvolvimento socioeconômico da região do Cerrado, calcado em modelos de exploração intensiva de recursos naturais, contribui para o aumento das disparidades sociais e para a manipulação do meio ambiente. As populações tradicionais, que têm em seus saberes a chave para uma relação mais equilibrada com a natureza, são frequentemente marginalizadas. Reconhecer e integrar esses saberes nas políticas públicas é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais equitativa e ambientalmente sustentável.

A resistência das comunidades indígenas e quilombolas frente às pressões externas tem sido um fator crucial para a conservação do Cerrado. Mesmo diante da expansão das fronteiras agrícolas e do avanço da mineração, esses povos têm demonstrado resiliência ao preservar suas tradições e manter práticas de manejo ambiental que promovem a regeneração de áreas degradadas. Como afirmam Lapidus *et al.* (2023), “os povos

tradicionais, ao longo de gerações, desenvolveram sistemas de manejo ambiental que não apenas preservam o meio, mas também promovem a regeneração de áreas degradadas.” Esse conhecimento acumulado oferece soluções concretas para a mitigação dos impactos ambientais causados pelo desmatamento e pela degradação dos solos.

Conforme Lapidus *et al.* (2023):

Os sistemas de manejo tradicionais dos povos do Cerrado não apenas garantem a sobrevivência dessas populações, mas também representam alternativas eficazes e comprovadas para a conservação ambiental. A regeneração de áreas degradadas, a manutenção da biodiversidade e a preservação dos recursos hídricos são apenas algumas das contribuições desses saberes. Ignorar essa herança cultural equivale a subestimar uma solução benéfica para as crises ambientais contemporâneas.

Por fim, a valorização dos saberes tradicionais não se restringe apenas à esfera ambiental, mas também desempenha um papel fundamental na promoção de uma educação mais inclusiva e plural. Conforme argumenta Miranda *et al.* (2023), “a educação intercultural pode servir como uma ferramenta para o reconhecimento e a disseminação desses saberes, permitindo que a sociedade como um todo entenda a importância da preservação ambiental e cultural.” A incorporação desses conhecimentos no currículo escolar e em políticas de educação ambiental pode ampliar o impacto positivo dessas práticas, transcendendo as comunidades tradicionais e beneficiando toda a sociedade brasileira. Dessa forma, a educação intercultural se apresenta como um mecanismo essencial para o fortalecimento da identidade cultural, da equidade social e da construção de um futuro mais sustentável para o Cerrado e seus povos.

DESIGUALDADE SOCIAL E PRODUÇÃO DE RIQUEZA NO CERRADO

A história do Cerrado é marcada por um modelo de desenvolvimento que privilegia a exploração intensiva de seus recursos naturais, frequentemente em detrimento das comunidades locais. O avanço descontrolado do agronegócio e da mineração tem resultado na concentração fundiária e na consequente exclusão socioeconômica de povos tradicionais, ameaçando sua permanência em territórios historicamente ocupados e manejados de forma sustentável. Esse modelo predatório, baseado na maximização da produção e na exportação de commodities, não apenas compromete a biodiversidade da

região, mas também acentua desigualdades estruturais, privando as comunidades indígenas e quilombolas do acesso a direitos fundamentais, como terra, água e meios de subsistência.

A valorização e a integração dos saberes tradicionais em políticas públicas de conservação e desenvolvimento sustentável são fundamentais para a construção de um modelo mais justo e equitativo. Os conhecimentos ancestrais das comunidades indígenas e quilombolas do Cerrado são essenciais para a compreensão dos ecossistemas dessa região e sua preservação. Conforme Miranda *et al.* (2023), “os povos originários do Cerrado possuem um profundo conhecimento ecológico que se manifesta em práticas sustentáveis e técnicas de manejo da terra”. Esses saberes, transmitidos oralmente por gerações, são resultado de uma relação de respeito e reciprocidade com a natureza, garantindo a regeneração dos recursos naturais e a conservação da biodiversidade.

Além de serem práticas ecológicas comprovadamente eficazes, esses conhecimentos estão profundamente enraizados nos modos de vida e nas identidades culturais dessas comunidades. Lapidus *et al.* (2023) destacam que “os saberes tradicionais incluem uma visão holística do ambiente, onde a terra, a água e os seres vivos são vistos como partes interdependentes de um todo maior”. Essa visão sistêmica, frequentemente desconsiderada nas abordagens convencionais de desenvolvimento, tem sido progressivamente reconhecida como um componente essencial para a formulação de estratégias de conservação ambiental e gestão sustentável de recursos naturais.

A relação dos povos tradicionais com o Cerrado vai além do conhecimento ecológico; ela envolve práticas culturais e sociais que são essenciais para a manutenção de suas identidades e formas de organização comunitária. Segundo Chaveiro (2020), “as práticas culturais dos povos do Cerrado não são dissociadas de seu ambiente; são, ao contrário, expressões diretas de seu modo de vida”. Essa interdependência entre cultura e natureza demonstra que a destruição do Cerrado não compromete apenas sua biodiversidade, mas também ameaça a continuidade de modos de vida que dependem diretamente da integridade desse bioma.

Apesar de sua importância inegável, esses saberes são frequentemente marginalizados pelo modelo de desenvolvimento dominante, que prioriza a exploração

intensiva dos recursos naturais sem considerar os impactos sociais e ambientais dessa abordagem. Como apontam Miranda *et al.* (2023):

A marginalização dos saberes tradicionais reflete a exclusão histórica das comunidades indígenas e quilombolas dos processos de tomada de decisão que afetam diretamente suas terras e modos de vida. Integrar esses conhecimentos nas políticas públicas de conservação é fundamental para a sustentabilidade ambiental e a justiça social.

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE PRESERVAÇÃO

A incorporação dos saberes tradicionais em estratégias de conservação e desenvolvimento sustentável pode não apenas mitigar os impactos negativos do atual modelo econômico, mas também fortalecer a resiliência das comunidades tradicionais, promovendo equidade social e alternativas produtivas mais alinhadas à preservação ambiental. Portanto, reconhecer a centralidade desses conhecimentos na governança ambiental do Cerrado é um passo essencial para equilibrar a produção de riqueza com a justiça socioambiental, garantindo que o bioma e suas populações possam coexistir de maneira sustentável.

A educação intercultural desempenha um papel central na valorização, preservação e transmissão dos saberes tradicionais das comunidades indígenas e quilombolas do Cerrado. Ao incorporar esses conhecimentos nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas, possibilita-se que a sociedade compreenda a relevância desses saberes para a sustentabilidade ambiental e sociocultural. A interseção entre o conhecimento tradicional e o conhecimento acadêmico não apenas fortalece a identidade cultural dessas comunidades, mas também fomenta a construção de soluções inovadoras para os desafios ambientais contemporâneos.

Em um bioma marcado pela diversidade sociocultural, como o Cerrado, a educação intercultural emerge como uma ferramenta fundamental para o diálogo entre diferentes formas de conhecimento. Segundo Miranda *et al.* (2023), “a educação intercultural permite que diferentes formas de conhecimento sejam valorizadas e integradas, contribuindo para uma compreensão mais holística e inclusiva da sustentabilidade.” Ao adotar essa abordagem, promove-se uma maior interação entre os povos tradicionais e a sociedade em

geral, possibilitando trocas de saberes que enriquecem tanto o meio acadêmico quanto as práticas cotidianas dessas comunidades.

Além de fortalecer a valorização dos saberes tradicionais, a educação intercultural também se apresenta como uma estratégia eficaz para a redução das desigualdades sociais. A oferta de oportunidades educacionais adaptadas às realidades das comunidades indígenas e quilombolas contribui para o fortalecimento de sua autonomia e para a garantia de seus direitos territoriais e culturais. Lapidus *et al.* (2023) afirmam que “a inclusão dos saberes tradicionais nos currículos escolares é uma maneira eficaz de garantir que esses conhecimentos sejam preservados e transmitidos para as próximas gerações.” Dessa forma, a construção de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e diversificado não apenas reconhece a importância da diversidade cultural, mas também promove o respeito à identidade desses povos.

Outro aspecto fundamental da educação intercultural é sua contribuição direta para a sustentabilidade ambiental. As práticas de manejo tradicional desenvolvidas pelas comunidades do Cerrado constituem um repertório de estratégias valiosas para a conservação da biodiversidade e a mitigação dos impactos ambientais. Segundo Chaveiro (2020), “as práticas de conservação ambiental dos povos indígenas podem contribuir significativamente para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.” Ao incluir essas práticas no ensino formal, fomenta-se a conscientização ambiental desde cedo, criando uma geração mais engajada com a preservação dos ecossistemas e com a adoção de soluções sustentáveis.

A valorização dos saberes tradicionais no contexto educacional também reforça a resiliência cultural das comunidades tradicionais, garantindo que suas práticas e modos de vida sejam transmitidos às futuras gerações. Como destaca Miranda *et al.* (2023):

A educação intercultural no Cerrado é uma forma de resistência das comunidades tradicionais, que lutam para preservar seus saberes, suas culturas e seus modos de vida frente às pressões externas. Ela é também um caminho para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, onde diferentes formas de conhecimento são reconhecidas e valorizadas.

Nesse sentido, a educação intercultural vai além da simples transmissão de conhecimento; ela é uma ferramenta de resistência, empoderamento e transformação

social. Ao integrar os saberes tradicionais nas políticas educacionais, fortalece-se não apenas a identidade cultural dessas comunidades, mas também a formação de uma sociedade mais plural, inclusiva e ambientalmente consciente. Dessa forma, investir na educação intercultural é investir na preservação do Cerrado e no futuro das populações que dele dependem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização e a preservação dos saberes tradicionais dos povos indígenas e quilombolas do Cerrado são fundamentais para garantir a sustentabilidade ambiental e sociocultural da região. Esses conhecimentos, desenvolvidos ao longo de séculos de interação harmoniosa com o bioma, representam não apenas alternativas viáveis para a conservação da biodiversidade, mas também uma fonte de resistência frente às ameaças impostas pelo modelo de desenvolvimento predatório que caracteriza a expansão da agropecuária e da mineração.

A incorporação dos saberes tradicionais nas políticas públicas é um passo essencial para promover um modelo de desenvolvimento mais sustentável, equitativo e culturalmente sensível. A inclusão dessas práticas nos processos de tomada de decisão e na formulação de estratégias de gestão ambiental permite a construção de soluções inovadoras que conciliam a conservação da natureza com a garantia dos direitos territoriais e culturais dessas comunidades. Além disso, o reconhecimento dessas práticas contribui para a justiça social, reduzindo as desigualdades históricas que afetam os povos tradicionais do Cerrado.

O fortalecimento da educação intercultural surge como uma estratégia indispensável para assegurar a continuidade desses saberes e sua disseminação entre diferentes setores da sociedade. A adoção de práticas pedagógicas que valorizem o conhecimento tradicional, integrando-o ao ensino formal e à pesquisa acadêmica, pode desempenhar um papel central na construção de uma sociedade mais plural e ambientalmente consciente. Dessa forma, a interseção entre educação, sustentabilidade e interculturalidade se revela como um caminho promissor para a proteção do Cerrado e de suas populações.

Por fim, a participação ativa das comunidades tradicionais na gestão ambiental deve ser ampliada e fortalecida, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que seus direitos

sejam respeitados. A experiência e o conhecimento dessas populações oferecem soluções concretas para os desafios ambientais contemporâneos e devem ser reconhecidos como aliados indispensáveis na luta pela preservação do Cerrado. O futuro desse bioma e de seus povos depende de uma abordagem integrada que respeite a diversidade cultural, valorize os saberes ancestrais e promova um equilíbrio sustentável entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Por uma leitura territorial do Cerrado: o elo perverso entre produção de riqueza e desigualdade social. *Élisée, Revista da Universidade Estadual de Goiás*, 2020.

LAPIDUS, Ângela M. A.; GONÇALVES, Ricardo A.; CHAVEIRO, Eguimar F. Os Kayapó, andarilhos da história e da ficção em guerra no coração do Cerrado. In: **CAMARGO, Goiandira O.; GUIMARÃES, Maria S.; CURADO, Bento F.** (orgs.). *Goiás + 300: reflexão e ressignificação*. Vol. V, Literatura. Goiânia: Edições Goiás +300, 2023. p. 112-119.

MIRANDA, Sabrina do Couto; PEIXOTO, Josena de Castro; BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Natureza e saberes dos povos indígenas no Cerrado. In: **BICALHO, Poliene S. S.; MOURA, Marlene Ossami de; INY-KARAJÁ, Vanessa Hãtxu** (orgs.). *Povos originários – reflexão e ressignificação*. Goiânia: Edições Goiás +300, 2023. p. 45-58.